

EGON BOCKMANN MOREIRA
BETINA TREIGER GRUPENMACHER
RODRIGO LUÍS KANAYAMA
DIOGO ZELAK AGOTTANI

PRECATÓRIOS

O SEU NOVO REGIME JURÍDICO

5ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

*A VISÃO DO **DIREITO FINANCEIRO**,
INTEGRADA AO DIREITO TRIBUTÁRIO
E AO DIREITO ECONÔMICO*

TOTALMENTE REVISTO,
AMPLIADO E ATUALIZADO
DE ACORDO COM A
JURISPRUDÊNCIA DO STF E AS
RESOLUÇÕES CNJ 448/2022 E
482/2022.

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Q. Jenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Rebeca Crespo Rangel

Capa: Brenno Stolagii Teixeira

Adaptação de capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Precatórios : o seu novo regime jurídico: a visão do Direito Financeiro, integrada ao Direito Tributário e ao Direito Econômico / Egon Bockmann Moreira... [et al.]. -- 5. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Outros autores: Betina Treiger Grupenmacher, Rodrigo Luís Kanayama, Diogo Zelak Agottani

Bibliografia

ISBN 978-65-260-1922-1

1. Direito econômico 2. Direito financeiro 3. Direito tributário 4. Precatório Brasil 5. Regime jurídico I. Moreira, Egon Bockmann. II. Grupenmacher, Betina Treiger. III. Kanayama, Rodrigo Luís. IV. Agottani, Diogo 5. Zelak.

23-175201

CDU-34:336

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito financeiro 34:336

Cibele Maria Dias - Biblioteca CRB-8/9427

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO	13
1. O REGIME JURÍDICO DOS PRECATÓRIOS: SUA RAZÃO DE SER	21
1.1. O porquê do regime jurídico de pagamentos mediante precatórios	21
1.2. A origem e evolução histórica do regime de precatórios.....	25
1.3. A constitucionalização do regime de precatórios	30
1.4. Os precatórios na Constituição de 1988: sucessivas mutações.....	36
1.5. A moldagem do regime de precatórios.....	46
2. O REGIME JURÍDICO DO PRECATÓRIO: SEUS LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS.....	49
2.1. A necessidade de limites ao pagamento mediante precatórios.....	49
2.2. Os limites de ordem objetiva.....	51
2.3. Limites de ordem subjetiva.....	54
2.4. A “Fazenda Pública” e as “entidades de direito público” sujeitas ao regime jurídico dos precatórios	56
2.4.1. O conceito normativo de “Fazenda Pública”	57
2.4.2. O conceito normativo de “entidades de direito público”.....	65
2.5. As empresas estatais e o regime dos precatórios	69
2.6. As empresas estatais, o regime dos precatórios e o entendimento do STF.....	75
2.7. Os conselhos de fiscalização profissional e o regime de precatórios.....	83
3. O PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS.....	85
3.1. O procedimento de pagamento de precatórios.....	85
3.2. Da execução e do cumprimento de sentença.....	86

3.2.1.	A previsão do CPC/73	86
3.2.2.	A previsão no CPC	88
3.3.	Processo de pagamento das dívidas judiciais da Fazenda Pública.....	88
3.3.1.	Cumprimento de sentença	89
3.3.2.	Execução de título extrajudicial	93
3.4.	O ofício-precatório (ou precatório).....	95
3.5.	O momento de apresentação	99
3.6.	A atualização monetária	102
3.7.	Os juros de mora	109
3.8.	Comentários sobre o art. 3º da EC 113	113
3.9.	Apresentação do ofício-precatório e equívocos nas informações	115
3.10.	O procedimento administrativo depois da expedição de precatórios: recursos.....	117
3.11.	Alteração da natureza do precatório	119
3.12.	Compensação de precatórios	119
3.13.	Recebimento do ofício-precatório pelo presidente do Tribunal	124
3.14.	Sequestro de verba.....	125
3.15.	Intervenção federal e estadual em razão do não pagamento das dívidas judiciais.....	128
3.16.	Honorários advocatícios	130
3.16.1.	Trânsito em julgado e impugnação ao cumprimento de sentença.....	131
3.16.2.	A execução de título extrajudicial.....	134
3.16.3.	Destaque dos honorários	134
3.17.	As preferências	138
3.17.1.	Titulares de precatórios alimentícios com 60 anos de idade ou mais, portadores de doença grave e pessoas com deficiência	138
3.17.2.	Dos precatórios alimentícios e não alimentícios	142
3.17.3.	Sobre a Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	144
3.18.	Pagamento mediante acordo	146
4.	A INADIMPLÊNCIA, CONFLITOS, VIOLAÇÕES LEGAIS.....	149
4.1.	Os conflitos constitucionais e a extinção do crédito tributário	149
4.2.	As inconstitucionalidades das EC 30 e 62.....	156
4.3.	Novas Emendas, mesmos debates	164

4.4. A inadimplência e a LRF	168
4.5. A evolução da dívida	172
5. REGIME ESPECIAL E OUTRAS ALTERAÇÕES RECENTES	177
5.1. Reviver a EC 62.....	177
5.2. O regime dos precatórios definido pelas EC 94 e 99.....	178
5.2.1. Alterações no regime ordinário de precatórios.....	179
5.2.2. Observações às normas acrescentadas ao art. 100 da CRFB.....	182
5.2.3. Dívida para pagar dívida	184
5.3. As mudanças promovidas pela EC 109/2021	186
5.4. As alterações promovidas pelas EC 113 e 114	189
5.4.1. As inovações no art. 100 da CRFB	189
5.4.2. As demais alterações proporcionadas pelas ECs 113 e 114 (com a redação atual da EC 126).....	191
5.5. Regime especial de pagamento de precatórios	195
5.6. Depósitos judiciais para pagamento de precatórios	200
5.6.1. O regime da Lei Complementar 151/2015 e o uso dos depósitos judiciais	200
5.6.2. O regime das EC 94 e 99 e a utilização dos depósitos judiciais.....	202
5.7. Cancelamento de precatórios e RPV: a Lei 13.463, de 6 de julho de 2017	205
6. O PAGAMENTO DE OUTORGA COM PRECATÓRIOS – A INOVAÇÃO DA EC 113	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219
ANEXOS.....	225